

Uma lança na África do Sul

A questão do fim da luta armada é o próximo desafio para De Klerk e Mandela

03 20/7/90

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

COM O REGRESSO de Nelson Mandela à África do Sul, na última quarta-feira, coincidindo com o seu 72.º aniversário, irá processar-se, em breve, uma segunda fase das conversações entre o governo sul-africano, liderado por Frederik De Klerk, e uma delegação do ANC (Congresso Nacional Africano), na sequência da Acta de Groote Schuur, assinada em Maio último na Cidade do Cabo.

De acordo com fontes contactadas por «O Jornal», em Joanesburgo, a comissão conjunta (Joint Working Group) que resultou desse encontro preliminar, concluiu já um plano detalhado para que o governo anuncie a libertação gradual dos prisioneiros políticos e o regresso dos exilados.

O plano será posto separadamente à consideração do pre-

sidente De Klerk e do vice-presidente do ANC, Nelson Mandela.

Fontes governamentais indicam que o gabinete ministerial é inflexível em relação ao estabelecimento de uma data limite para imunidade. Os actos cometidos antes dessa data serão qualificados para serem abrangidos por possível amnistia, enquanto as acções cometidas posteriormente não o serão.

Tal data limite poderá significar o anúncio público de suspensão ou cessação das hostilidades por parte do Congresso Nacional Africano.

A posição oficial considera, também, que somente um

anúncio público do «fim da luta armada do ANC» poderá abrir a via da libertação dos prisioneiros políticos ainda detidos em cadeias sul-africanas e proporcionar o regresso dos exilados, sem que estes perpetuem actos de violência no país.

Por sua vez, o ANC já informou o governo que a sua actual posição referente à sua ala militar Umkhonto We Sizwe (Lança da Nação) «está confinada à base».

As perspectivas lógicas são de que o ANC esteja preparado para anunciar uma informal «cessação mútua de hostilidades» a ser seguida, após a libertação de todos os presos políticos, e amnistia de todos os exilados, por um formal cessar-fogo.

Analistas políticos consideram que o reinício das cruciais conversações ANC-governo terá muito a ver com o estado de saúde de Nelson Mandela, vítima de uma pneumonia quando se encontrava na Irlanda, em pleno período europeu, e que obrigou dois médicos sul-africanos a voarem de Joanesburgo para Dublin a fim de o observarem.

Entretanto, especula-se que a doença do líder histórico do ANC assume mais gravidade que uma simples pneumonia, lembrando-se que, antes da sua partida para a «tournée» mundial de seis semanas, Mandela esteve internado numa clínica de Joanesburgo sujeitando-se a testes à próstata a que fora operado quando ainda se encontrava detido numa cadeia sul-africana.

Quinze mil guerrilheiros

O maior obstáculo ao sucesso das conversações iniciadas em Maio na Cidade do Cabo entre o governo de Pretória e o Congresso Nacional Africano é a exigência, por parte da «linha dura» do ANC do regresso ao país do seu exército, constituído, ao que se crê, por cerca de quinze mil homens que durante anos lutaram contra o regime sul-africano, colocados para além das fronteiras, nomeadamente na Zâmbia, Moçambique, Zimbabwe,

Angola e Botswana.

A África do Sul, através do seu ministro da Defesa, tomou bem clara a sua posição no que concerne ao problema e diz «não» à hipótese de dois exércitos em paralelo dentro do país: um nacional e um outro em defesa dos interesses e objectivos políticos do Congresso Nacional Africano.

Todavia, Chris Hani, chefe do Estado Maior do «Umkhon-

mada teria que continuar.

Afirmou achar injusto que se exija do ANC uma declaração de intenções em relação à mesma quando o governo é que deveria retirar os restantes obstáculos às negociações.

«Somente então — disse o chefe da ala militar do ANC — O Congresso Nacional Africano e o governo poderão discutir e eventualmente concordar num cessar fogo.»



Mandela recebido por Chissano no Maputo
Um «Mercedes» especial de prenda de anos aguardava-o na África do Sul

pingardas AK-47 reiterando que a política do ANC em relação à luta armada não será revista enquanto existir o «apartheid» no país.

Hani disse estar claro agora que o governo e o ANC estavam a programar um clima para as negociações sobre o futuro da África do Sul e expressou a esperança de que o resultado destas negociações seja realmente o estabelecimento de uma democracia para este país.

Acrescentou no entanto, que o «apartheid» continua a vigorar, e que os brancos ainda estão no poder e, que portanto, a luta ar-

Bombas em hotéis de portugueses

IMIGRANTES portugueses na África do Sul foram, na semana transacta, alvo de dois ataques bombistas em acções terroristas que a polícia sul-africana atribuiu à extrema-direita, muito activa nos últimos dias.

No espaço de 24 horas, duas unidades hoteleiras, ambas propriedade de portugueses, ficaram seriamente danificadas devido à explosão de bombas e granadas.

Em Flórida, oeste de Joanesburgo, uma bomba de média potência atingiu o «Richmond Hotel», tendo morto um empregado de raça negra e causado consideráveis prejuízos.

José Pereira dos Santos, madeirense de 28 anos de idade, afirmou a «O Jornal» que «os 130 clientes que, na altura, se encontravam no bar do hotel foram retirados pela escada de incêndio em dois minutos».

No dia seguinte, Manuel Freitas, proprietário do «Roo-deport Hotel», e também oriundo da Ilha da Madeira, via a sua discoteca ser praticamente destruída pela explosão de uma granada atirada por um homem de raça branca — segundo testemunhas — provocando dois mortos e 21 feridos, todos eles sul-africanos de raça negra, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos.

Estes atentados, atingindo imigrantes portugueses, ocorreram duas semanas depois de um avião da TAP ter sido ameaçado de bomba a bordo quando deixava Joanesburgo rumo a Lisboa, como então «O Jornal» noticiou.

F.S.

to We Sizwe» (ala militar do ANC) afirmou em conferência de Imprensa que a sua organização se irá expandir e transformar-se, muito em breve, num verdadeiro exército armado.

Hani fez este anúncio relativo à expansão da ala armada do ANC numa conferência de Imprensa na Cidade do Cabo onde repetiu que membros do «Umkhonto we Sizwe» somente voltariam para a África do Sul totalmente armados, designadamente com as suas es-

Em relação a estas declarações de Chris Hani, o porta-voz do Partido Conservador para assuntos da Defesa, Koos van der Merwe, declarou «estar preocupado pelo facto do governo não ter reagido» ao que chamou de «velada declaração de guerra do ANC».

Van der Merwe declarou que as afirmações de Hani entravam em choque directo com o acordo entre o ANC e o governo da África do Sul, alcançado em Groote Schuur em Maio último.